



A INTEGRAÇÃO DO PROJETO DE VIDA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PESQUISA PARTICIPANTE

GT 12: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trabalho completo

Ilza Rodrigues Pereira LUCENA
Docente da Rede Estadual/Sinop/Mato Grosso
Mestranda ProfSocio/UNEMAT
ilza.lucena@unemat.br

Oseias Carmo NEVES
Mestrado profissional de Sociologia em Rede Nacional/UNEMAT
oseias@unemat.br

Resumo

Esse artigo pretende discorrer sobre os desafios da integração do projeto de vida no ensino de sociologia, procurando compreender como vem ocorrendo esse processo pedagógico no contexto pedagógico do Ensino Médio, focando nos professores de Sociologia de uma escola estadual em Sinop/MT. A pesquisa busca compreender como o conceito de Projeto de Vida pode ser integrado ao ensino de Sociologia, destacando os reflexos dessa prática nas metodologias utilizadas pelos professores. Para tanto, utilizaremos como escopo metodológico a abordagem da pesquisa participante, por entendermos que essa estratégia é fundamental para o envolvimento ativo dos professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem, promovendo reflexões críticas sobre os conteúdos curriculares e a importância de associar as disciplinas às perspectivas de vida dos alunos. A pesquisa também analisa as implicações dessa abordagem nas práticas pedagógicas, como o desenvolvimento de estratégias que tornam o ensino de Sociologia mais relevante e aplicável ao cotidiano dos alunos.

Palavras chaves: projeto de vida, ensino de sociologia, pesquisa participante

1. Introdução

A educação brasileira atravessa um momento de profundas transformações e desafios, impulsionados pela necessidade de adaptação a um cenário global em constante mudança. O panorama atual da educação no Brasil reflete tanto as conquistas quanto as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino e à formação dos profissionais da educação. Nesse contexto, o debate sobre a formação continuada dos professores tornou-se cada vez mais relevante, destacando a importância de capacitar os educadores para lidar com as complexidades e demandas do século XXI.

Uma das respostas a essa demanda por formação continuada foi o surgimento dos mestrados profissionais, que visam proporcionar uma formação mais prática e aplicada,

alinhada às necessidades reais do mercado de trabalho e das escolas. Diferentemente dos mestrados acadêmicos, os mestrados profissionais têm como foco o desenvolvimento de competências específicas que possam ser diretamente aplicadas no cotidiano dos profissionais, promovendo uma conexão mais imediata entre teoria e prática.

Dentro desse cenário, o mestrado profissional em sociologia emerge como uma importante ferramenta para os educadores interessados em aprofundar seu conhecimento na área das ciências sociais, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades aplicáveis em sala de aula. Esse tipo de formação permite que os professores não apenas aprimorem sua compreensão teórica, mas também explorem maneiras de incorporar essa compreensão em práticas pedagógicas inovadoras e eficazes.

Ademais, o currículo escolar tem incluído cada vez mais a necessidade de abordar temas como os do Projeto de Vida, que englobam tanto temas aleatórios quanto temas obrigatórios. O Projeto de Vida é uma componente curricular que visa ajudar os alunos a desenvolverem habilidades para planejar e alcançar seus objetivos pessoais e profissionais, integrando diferentes áreas do conhecimento. Neste contexto, a Teoria da Interação de Erving Goffman oferece uma perspectiva sociológica relevante para entender as dinâmicas sociais e comportamentais que influenciam a construção das identidades dos alunos e a interação no ambiente educacional.

Assim, a combinação de formação continuada, como os mestrados profissionais, com a aplicação de teorias sociológicas, como a de Goffman, pode fornecer aos educadores ferramentas poderosas para enfrentar os desafios da educação contemporânea, promovendo uma aprendizagem mais significativa e alinhada às necessidades dos alunos e da sociedade.

Por outro lado, segundo consta da BNCC (2017) e da DRC/MT (2018), o trabalho docente deve mobilizar os saberes dos estudantes, ampliar curiosidade aos conhecimentos científicos, tecnológicos em conformidade com os princípios da ética, da democracia, da cidadania e da sustentabilidade. É nessa conjuntura que o ensino de Sociologia e o Projeto de Vida estão inseridos no contexto atual do ensino médio brasileiro voltados para uma prática pedagógica de abordagens metodológicas que, na prática, funcionariam mais do que uma mera transmissão de temas, conceitos e teorias, mas sim, na busca de uma aprendizagem comprometida com a autodescoberta e desenvolvimento pessoal.

Nessa perspectiva, começamos a refletir em como enfrentar o desafio teórico e metodológico da integração desses dois componentes no currículo da educação básica, tendo em vista que o trabalho com Projeto de Vida tenderia a agregar sentido às aprendizagens relacionadas aos componentes das áreas de conhecimento da BNCC. Nesse caso, o resultado

alcançado em cada um dos componentes é articulado e mobilizado de forma integrada e indissociável em todas as aulas e na vida do estudante como um todo.

É justamente nesse sentido, que, segundo Bodart e Rogério, (2020, p.44), vão argumentar que,

“É notório que as Competências da BNCC, sejam elas gerais ou específicas, estão em forte diálogo com as potencialidades do ensino de Sociologia (...) as potencialidades do ensino de Sociologia atendem plenamente as Competências e Habilidades presentes na BNCC”

Portanto, será importante investigar como criar uma conexão significativa entre os conteúdos acadêmicos dos dois componentes curriculares, e, a percepção dos professores sobre a integração do projeto de vida no currículo. Porém, a ideia central da investigação é entender como o professor no Ensino de Sociologia poderá orientar e enriquecer o processo de autoconhecimento da vida pessoal e profissional dos alunos de acordo com a realidade, em definição de objetivos e tomada de decisões para elaborações de seu Projeto de Vida, sem e com a integração do Ensino de Sociologia.

O Projeto de Vida é citado como eixo central na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tanto como um componente curricular, quanto um princípio pedagógico orientador das ações na Educação Básica. Portanto, esse Projeto de Pesquisa tem por finalidade, descrever o que pode ser direcionador comportamental no auxílio do projeto de vida integrado ao ensino de sociologia como elemento importante ao reforçar condutas na formação integral dos alunos, conforme a realidade da vida social e profissional, tonando se relevante a esse processo o uso recorrente do ensino de sociologia como ferramenta para direcionar comportamentos, validar posicionamentos, subsidiar decisões e ações dos alunos e professores do Ensino Médio.

Ao pesquisar quanto o ensino de sociologia poderá impactar positivamente o projeto de vida dos alunos, fornecendo-lhes ferramentas conceituais e analíticas, compreendendo as complexidades da sociedade em que vivem, contribuindo a reflexão ampla sobre o papel da educação na formação de indivíduos autônomos, será importante tanto no plano intelectual, quanto prático, oferecer uma nova perspectiva sobre a educação como um processo de crescimento pessoal e social que possa analisar e transformar a sociedade em que vivem de maneira crítica, responsável e cidadã. Porém, é necessário criar uma conexão entre o conteúdo sociológico abordado em sala de aula e a realidade vivida pelos alunos.

Esse projeto de pesquisa propõe investigar como vem ocorrendo a integração do Ensino de Sociologia ao Projeto de Vida, procurando analisar como a interdisciplinaridade vem orientando as atividades relacionadas ao ensino e aprendizagem ligados a esses componentes



curriculares. Com isso, o que se pretende é compreender como essas práticas pedagógicas inovadoras estão em sintonia com as competências e habilidades preconizadas pela BNCC (2017).

A Base Nacional Comum Curricular define as aprendizagens essenciais, competências e habilidades que todo estudante deve desenvolver ao longo da Educação Básica. Ela não deve ser entendida como um currículo, mas como parte integrante deste; um documento que deve nortear a construção dos currículos locais.

Para desenvolver essa pesquisa, elencamos alguns objetivos específicos, dos quais visam: (1) “Identificar e descrever as percepções dos professores de Sociologia sobre o conceito de projeto de vida no contexto do currículo do ensino médio; (2) Verificar os principais desafios e oportunidades enfrentados pelos professores ao integrar o projeto de vida no currículo escolar; (3) Avaliar a relevância e a eficácia das estratégias utilizadas pelos professores para incorporar o projeto de vida no ensino de Sociologia. (4) Analisar como a integração do projeto de vida se alinha com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Sociologia.

2. Fronteiras da educação entre a Sociologia e o Projeto de Vida

A intersecção entre educação e sociologia constitui um campo de estudo de crescente importância, especialmente no contexto das transformações sociais e educacionais contemporâneas. A educação, como um processo social fundamental, não pode ser plenamente compreendida sem a aplicação das teorias e métodos da sociologia, que oferecem ferramentas analíticas para entender as dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldam o ambiente educacional. Essa relação entre as duas áreas se torna ainda mais evidente quando consideramos programas de formação avançada, como o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia.

O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia surge como uma resposta às necessidades de uma formação que seja ao mesmo tempo teórica e prática, voltada para a aplicação direta na sala de aula e no cotidiano das escolas. Diferentemente de programas acadêmicos tradicionais, o mestrado profissional foca no desenvolvimento de habilidades e competências que capacitem os professores para enfrentar os desafios específicos do ensino de sociologia na educação básica.

Nesse contexto, a sociologia oferece uma lente crítica para analisar e entender as estruturas sociais, as relações de poder, as questões de identidade e diversidade, e os processos

de socialização que permeiam o ambiente escolar. Os profissionais formados nesse programa estão aptos a explorar como essas dinâmicas sociais influenciam o aprendizado, o comportamento dos alunos e a organização das instituições educacionais. Além disso, o programa enfatiza a importância de criar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, que levem em consideração as realidades sociais dos estudantes.

A fronteira entre projeto de vida e sociologia, portanto, não é uma linha rígida, mas um espaço de interação e diálogo constante. Através do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia, essa fronteira se torna um campo fértil para o desenvolvimento de novas abordagens educacionais que não apenas transmitem conhecimento sociológico, mas também capacitam os professores a serem agentes de mudança social. Esse programa não só enriquece o ensino de sociologia, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

3. O Ensino de Sociologia no Contexto Escolar

O ensino de sociologia no contexto escolar se concentra na maneira como a disciplina de sociologia é ensinada e aprendida nas instituições educacionais. Segundo Gomes (1994) *apud* Costa (2019), a Sociologia foi introduzida nas Diretrizes Curriculares como disciplina obrigatória pela primeira vez no Brasil nos anos de 1930. “Nas escolas normais durante a década de 1930 e 1940 visava, sobretudo, debater os problemas sociais que confrontavam a ideologia cristã” (CIGALES, FRANKS E DALLMANN, 2018, P.18).

A análise de Miceli (1989) *apud* Oliveira (2023, p. 82) diz que:

Apesar de haver experiências de Ensino de Sociologia em décadas anteriores, foi com a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil na década de 1930 que esse campo começou a se formar. Passadas quase nove décadas, não resta dúvida sobre o papel de tal fenômeno na formação do campo das Ciências Sociais no Brasil, assim como o processo de autonomização destas ciências, de tal modo que podemos afirmar que há atualmente um campo da Sociologia no Brasil.

Segundo Costa (2019), a trajetória da disciplina teve várias interrupções ocasionadas por mudanças nas Diretrizes Curriculares, como a Reforma de Gustavo Capanema em 1942, que retirou sua obrigatoriedade nos cursos secundários. Essa instabilidade afetou os procedimentos pedagógicos e a construção do conhecimento, levando a um déficit na metodologia de ensino. Na década de 1960, o interesse pela Sociologia na educação diminuiu devido às dificuldades enfrentadas, com profissionais da área focando mais na pesquisa científica do que no ensino.

A Sociologia no ensino médio retorna aos currículos de alguns estados brasileiros a partir da década de 1980 com o processo de redemocratização. A Lei 7.044 de 1982 que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961, oportuniza que a Sociologia e a Filosofia entrem na grade curricular da parte diversificada do currículo. Seguidamente nas décadas de 1990 e nos anos 2000, ocorreu uma série de discussões favoráveis à reinserção da Sociologia, com a aprovação da nova LDB de 1996, mas como conteúdo e não como disciplina. Conforme o artigo 36, parágrafo 1º e inciso III da Lei 9.394 de 1996 da LDB dentro da seção IV do Ensino Médio “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, entende-se que apenas ao final do Ensino Médio o estudante precisaria do domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania (AZEVEDO, NASCIMENTO, 2015 *apud* CIGALES, FRANKS E DALLMANN, 2018).

No contexto brasileiro, o ensino de sociologia tem passado por diferentes momentos e desafios. Historicamente, depois de quase 40 anos, a disciplina de sociologia foi novamente incorporada ao currículo do ensino médio, com a Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008, tornou-se obrigatória nas três séries do ensino médio. A lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008, altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Atualmente, o ensino de sociologia no Brasil busca promover uma educação crítica e reflexiva, incentivando os alunos a questionar e analisar as estruturas sociais e as relações de poder presentes na sociedade brasileira e global. Isso pode envolver abordagens pedagógicas que estimulem o debate, a pesquisa e a reflexão sobre questões sociais contemporâneas, como desigualdade, diversidade, direitos humanos, meio ambiente, entre outros temas relevantes. No entanto, desafios persistem no ensino de sociologia, incluindo a formação adequada de professores, a disponibilidade de recursos didáticos e a articulação da disciplina com outras áreas do conhecimento (Mocelin, 2023).

4. BNCC, O Novo Ensino Médio e o Ensino de Sociologia

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, serve como referência para a elaboração dos currículos escolares em todo o país, garantindo uma formação básica comum e de qualidade para todos os estudantes. Recentemente, o Ensino Médio passou por uma reformulação



significativa com a implementação do Novo Ensino Médio, que visa oferecer uma formação mais flexível e diversificada, permitindo que os alunos escolham itinerários formativos de acordo com seus interesses, aptidões e projetos de vida. Esses itinerários incluem a formação geral básica e também a formação técnica e profissional, por meio de diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, a BNCC para o Ensino Médio define as competências gerais que os alunos devem desenvolver, bem como os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em cada área do conhecimento. Ela orienta a organização curricular, inclusive a integração de disciplinas e a oferta de novos componentes curriculares, como é o caso do Projeto de Vida. Portanto, a BNCC oferece diretrizes gerais para os currículos do Ensino Médio, enquanto o Novo Ensino Médio promove uma reestruturação curricular mais flexível e alinhada às necessidades e demandas dos alunos. Essa junção entre a BNCC e o Novo Ensino Médio tem impactos significativos na organização da escola, no planejamento curricular e na oferta de uma educação mais contextualizada e significativa para os alunos.

Costa e Silva (2019), apresentam uma análise crítica sobre duas importantes mudanças na estrutura educacional brasileira durante o governo de Michel Temer (2016–2018): o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Conforme os autores para compreender essas transformações, houve o posicionamento de três entidades representativas da área educacional: Associação Brasileira de Currículo (ABdC), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), ainda analisaram através de notas e documentos emitidos por essas entidades pontos que comprometem o direito à educação, concentrando-se em três eixos principais: a concepção de democracia em um contexto neoliberal, o direito à educação e o entendimento das demandas da juventude, e as políticas que indicam uma possível privatização da educação. Essa análise visou aprofundar a compreensão dos interesses envolvidos e dos possíveis impactos dessas legislações no sistema educacional brasileiro.

Papim e Mendonça (2021), sugerem uma análise crítica sobre o impacto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ensino de Sociologia para o Ensino Médio, especialmente em comparação com as Orientações Curriculares Nacionais (OCN 2006). Esclarecendo que a BNCC, é um documento normativo, ao qual estabelece os conteúdos mínimos que devem ser abordados nas escolas brasileiras, enquanto as OCNs são orientações mais amplas que fornecem diretrizes para a organização curricular e práticas pedagógicas. Assim sugerem uma preocupação com a possibilidade do retrocesso no ensino de Sociologia devido à implementação da BNCC, em comparação com as abordagens mais abertas e flexíveis

das OCNs, pois, pode acontecer uma potencial redução na autonomia dos professores, uma ênfase excessiva em conteúdos mínimos em detrimento de uma abordagem mais ampla e crítica, ou uma possível perda na qualidade do ensino e aprendizagem da disciplina de Sociologia.

De acordo com Giovannetti e Sales (2022), as reformas educacionais implementadas no Brasil nos últimos anos, com foco na Reforma do Ensino Médio e na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representam estratégias políticas para impor determinados saberes e conhecimentos, sob o pretexto de melhorar a qualidade do ensino e aumentar a eficiência do Ensino Médio. No entanto, esses currículos tendem a negligenciar saberes relacionados a gênero, buscando excluir conhecimentos considerados ideológicos. A análise crítica dessas políticas educacionais visa destacar os possíveis impactos e consequências dessas medidas para a educação e para a sociedade como um todo.

Segundo Bodart (2020), apesar da Reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, que fortaleceu a organização curricular por áreas do conhecimento e retirou a obrigatoriedade nominal da disciplina Sociologia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Sociologia continua presente como componente obrigatório no Ensino Médio, agora designada como "estudos e práticas". Em seu estudo propõe uma reflexão teórica sobre os objetivos educacionais e intenções educativas para o ensino da Sociologia, alinhadas ao desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem limitar-se a ela e buscando ser emancipatória. Apresenta ainda, dimensões que visam ampliar a consciência dos docentes ao traçar objetivos educacionais e intenções educativas a partir das dimensões ontológicas dos alunos, visando formar indivíduos plenos e emancipados. Assim, destaca a importância de repensar o ensino da Sociologia no contexto da reforma, garantindo sua relevância e contribuição para a formação integral dos estudantes, conforme estabelecido pela legislação vigente.

5. Considerações finais

A conclusão desse artigo em torno da pesquisa sobre a “Integração do Projeto de Vida no Ensino de Sociologia: Uma abordagem a partir da pesquisa participante no Ensino Médio”, destaca o quanto a integração do conceito de Projeto de Vida no ensino de Sociologia apresenta-se como uma estratégia pedagógica altamente eficaz. Ao envolver ativamente os estudantes no processo de aprendizagem, por meio da pesquisa participante, promove-se uma relação mais significativa entre o conteúdo curricular e as realidades pessoais dos alunos. Essa abordagem permite que os estudantes construam reflexões críticas sobre sua trajetória pessoal e

profissional, vinculando o aprendizado ao desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o futuro.

Além disso, a pesquisa participante mostrou-se uma metodologia poderosa para a criação de um ambiente de diálogo entre alunos e professores, favorecendo o protagonismo juvenil e a personalização do aprendizado. Os professores que adotam essa abordagem podem não apenas oferecer um conteúdo mais dinâmico e contextualizado, mas também criar oportunidades para que os alunos se envolvam de maneira crítica e ativa na construção de seus projetos de vida. Essa conexão entre o conteúdo de Sociologia e o futuro dos estudantes contribui para uma prática pedagógica mais transformadora e eficaz.

Por fim, conclui-se que a inserção dessa metodologia no Ensino Médio é uma ferramenta importante para a promoção de uma educação mais humanizadora e voltada para a formação integral dos alunos, uma vez que prepara os jovens para enfrentar os desafios sociais, culturais e econômicos da contemporaneidade com uma perspectiva crítica e participativa.

6. Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BODART, Cristiano das Neves. Precisamos dialogar acerca do (e no) ensino de Sociologia. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 5-15, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/272/189>>. Acesso em: 10 out. 2020.

CIGALES, Marcelo; FRANKE, Felipe; DALLMANN, Matheus. HISTÓRIA E SENTIDO PEDAGÓGICOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL. O Ensino de Sociologia no Brasil. 1º ed. Maceió: Editora Café com Sociologia. 2019.

COSTA, Alan William Ribeiro da. ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UM DEBATE PERTINENTE NA CONTEMPORANEIDADE. Revista Discente Planície Científica, Campos dos Goytacazes – RJ. v. 1, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/29587/pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

COSTA, Marilda de Oliveira, e SILVA Leonardo Almeida da, no artigo: Educação e Democracia: Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio Sob a Ótica de Entidades Acadêmicas da Área Educacional. 2019.

COUTO, Caroline Peres - REFLEXÕES SOBRE PROJETO DE VIDA NA PRÁTICA



Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. (Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/eneseb/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV148_MD1_SA105_ID1106_06042021155557>.pdf

DRC/MT. Documento de Referência Curricular de Mato Grosso, 2018.

DURKHEIM, Émile, *DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO*, 1893, Durkheim, Émile. "As regras do método sociológico". São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FNDE. Ministério da Educação. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GIOVANNETTI, Carolina e SALES, Shirlei, *Reforma do Ensino Médio e Questões de Gênero: disputas para o controle do conhecimento*. 2022.

GIOVANNETTI, C.; SALES, S. R. Histórias das mulheres na BNCC do Ensino Médio: o silêncio que persiste. *História em Reflexão*, v. 14, n. 27, p. 251-277, 2020. <https://doi.org/10.30612/rehr.v14i27.12182>.

Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12182>. Acesso em: 18 out. 2022.

LEI Nº 9.394. DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

LIMA, Márcia, Pesquisadora do Cebrap e Professora do Departamento de Sociologia da FFLCH, USP, *INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS QUANTITATIVOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, p: 10. 2012.

MOCELIN, Daniel Gustavo. A PESQUISA EM DEFESA DA SOCIOLOGIA ESCOLAR. *Contemporary Journal* .2023. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/723/866/3370>>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

NEVES, Cristiano das Neves: *O Ensino de Sociologia no Contexto da BNCC*. 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. *O CAMPO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL: uma análise de seu processo de autonomização*. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. Vol.7, nº.1| p. 79-101| jan./jul. 2023. Disponível em: <<https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/424/362>>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe e MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima, *O impacto da BNCC no Ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN*. UNESP – Marília, 2021.

ZANARDI, Gabriel Seretti. *De Benjamin Constant à lei 11.684/08: uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina sociologia no currículo da escola brasileira*, 2013. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/scslplr/article/download/64736/37662>>. Acessado em 11 de maio de 2024.